

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SINDIFISCO – MG EM 07.04.09

Às 08h58m do dia 07 de abril de 2009, em segunda chamada, na sede do SINDIFISCO – SINDICATO DOS FISCALIS E AGENTES FISCALIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SINDIFISCO-MG, no térreo, localizada na Av. Afonso Pena, 3.130 – Funcionários - Belo Horizonte/MG, com a presença inicial de 8 colegas e encerrando com 18 participantes, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária do SINDIFISCO, com o objetivo de submeter à aprovação dos sindicalizados presentes as contas do exercício de 2008 do SINDIFISCO. A AGO foi aberta pelo Presidente do Sindifisco que convidou para a composição de mesa o Sr. Hugo Souza Sena Filho, Presidente do Conselho Fiscal, que iniciou os trabalhos se apresentando e convidando para secretariar a AGO o colega José Roberto Medeiros - Catraca, membro do Conselho Fiscal atual. O Presidente do Conselho Fiscal Hugo Sena continuou os trabalhos procedendo à leitura do Parecer Conclusivo do Conselho Fiscal referente a prestação de contas do Exercício 2008 nos seguintes termos: *“Aos Filiais do Sindicato dos Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais – SINDIFISCO – MG, fomos eleitos, por votação direta e secreta, concernente ao mandato do biênio 2008/2009, para exercer as atribuições de Conselheiros Fiscais que consistem em apreciar e deliberar sobre a prestação de contas anual elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria Executiva e exercer a auditoria fiscal de forma a verificar a regularidade da vida econômica e financeira da entidade. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essa prestação de contas, assim como sobre os relatórios administrativos e demonstrações contábeis. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria, e compreenderam: a) inspeção e confrontação – exame de registros, documentos e de ativos tangíveis; b) cálculo – conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações contábeis e outras circunstâncias; c) conferência - de direitos se efetivamente existentes em certa data; d) abrangência – se todas as transações estão registradas; e) mensuração, apresentação e divulgação – se os itens estão avaliados, divulgados, classificados e descritos de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade; f) reclassificação das contas em 06 (seis) grandes grupos a saber: Despesas Administrativas, Comunicação, Jurídico, Diversas, Representação Externa e Interna”*. Neste momento apresentou gráficos com valores percentuais gastos por grupo, inclusive um comparativo entre os anos de 2006 a 2008, demonstrando que os gastos se equivalem em todas as gestões. O Diretor Fernando Saldanha questionou se o pessoal ligado ao setor de comunicação estava englobado nos gastos de comunicação, sendo respondido pelo Presidente do Conselho Fiscal, Hugo Sena, que sim, os gastos com pessoas da comunicação estão alocados no setor de comunicação. O colega Lúcio do PF de Moeda questionou o que seriam despesas com Representações Externas, e o Presidente Hugo informou que se tratavam de despesas com eventos fora do sindicato citando como exemplo, atividades relacionadas a Fenafisco. O Presidente do Sindifisco, Matias Bakir, solicitou a liberação para que os gráficos fossem liberados para ser inseridos no site do sindicato, recebendo a concordância do Presidente do Conselho Fiscal Hugo Sena. O Diretor Fernando Saldanha perguntou se os valores apresentados foram corrigidos monetariamente, tendo o Presidente Hugo informado que não, eram valores nominais. O Presidente Hugo continuou a leitura do parecer dizendo que: *“Em nossa opinião, a prestação de contas os relatórios administrativos e as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SINDIFISCO no exercício de 2008, exceto por: 1 - Existência de ligações telefônicas dos aparelhos da entidade para telefones que não decorrem de atividade sindical (lançamento: 067 de set/08 e 075 de out/08);”*. O Diretor José Thomaz questionou quem teria usado os telefones indevidamente, sendo que o Presidente Hugo, informou que se tratavam dos aparelhos

telefônicos da TIM, de uso dos diretores e colaboradores do sindicato, sendo que existiam ligações que não se referiam a atividade sindical. O aposentado José Nicácio questionou como o Conselho Fiscal identificou que as ligações não eram relacionadas a atividade sindical, sendo informado pelo Presidente do Conselho Fiscal que se tratavam de ligações pessoais. O Presidente Hugo continuou a leitura do parecer nos termos: *“2 - Falta de reembolso a entidade de gastos com passagens aéreas não utilizadas por palestrantes do IV Conefisco (lançamento 099 de mai/08); Seja por oportuno ressaltar que em reunião prévia com Diretoria foi garantido que caso sejam devidos os reembolsos referentes ao item 1 acima mencionado serão efetivados. No tocante ao item 2 o reembolso será efetivado tão logo a empresa aérea informe o valor a ser ressarcido”*. O colega Flávio da DFBH questionou quais seriam os valores gastos com ligações particulares, sendo respondido pelo Presidente Hugo que em dois meses sobre os quais foram separados pelo Conselho Fiscal os valores eram de R\$ 207,00. O Diretor Fernando Saldanha disse que queria esclarecer que a diretoria faz cálculos macros, apresentou os gastos de telefone dos anos de 2004 a 2007, afirmando ter havido uma economia dos valores gastos com telefonia. Retomou a leitura do Parecer o Presidente Hugo Sena nos termos: *“Alguns fatos, abaixo enumerados, identificados no decorrer dos exames referentes a procedimentos apontam para a necessidade urgente de implementação de critérios formalizados, que assegurem a integridade, adequação e eficácia do seu cumprimento pelos diretores, filiados, funcionários e colaboradores do Sindicato. A partir do momento que tivermos estabelecido normas de controle interno os riscos em relação a ineficiência das operações em nossa entidade serão minimizados. Instituir essas normas é de responsabilidade efetiva da administração da entidade. Assim sugerimos: 1 - Identificar o usuário, o evento e o trajeto nas despesas referente a deslocamentos com táxi, do mesmo modo nas despesas com estacionamento, alimentação, e hospedagem; 2 - Realizar orçamentos (mínimo três) para contratação de serviços por terceiros (lançamentos: 009 e 080 de jun/08 e 009 de set/08, 052 a 054 de nov/08)”*. O Diretor José Thomaz alegou que não há identificação de trajeto nos táxi cujos comprovantes são eletrônicos, sendo que o Presidente Hugo informou que os táxi devem ser identificados mesmo assim o trajeto em anexo, conforme é feito em prestações de contas da SEF. Retomou a leitura a saber: *“3 - Estabelecer critérios de escolha para indicação de representantes da entidade em eventos externos, assim como, limites com as despesas de alimentação e estadia”*. O Diretor José Thomaz questionou o Diretor Fernando Saldanha se na gestão não existiam limites para esse tipo de despesa e este informou que os limites haviam sido utilizados na gestão passada e não nessa. Retomou a leitura do Parecer o Presidente Hugo a saber: *“4 - Alterar o art. 69 do Estatuto no sentido de vedar expressamente a contratação de serviços de parentes de membros da Diretoria (lançamento: 044 de dez/08); 5 - Identificar o nº do processo nas Guias de recolhimento das Custas Judiciais; 6 - Coibir gastos com Festa de Natal e aniversariantes nas unidades da SEF, e despesas com flores em CDA (lançamentos: 077e 089 de nov/08 e 004, 021 e 056, de dez/08); 7 - Efetuar lançamento contábil de ajuste referente à conta COOPTRAP”*. O Presidente do Sindifisco Matias Bakir informou que houveram empréstimos no passado para um grupo de aposentados formarem uma cooperativa de trabalho, que o Conselho Fiscal atual sugeriu que fosse reconhecido o valor a receber como despesa, porém a sua diretoria desejava que os valores continuassem como Ativo Realizável a Longo Prazo, pois a COOPTRAB estaria sendo reerguida e poderia quitar a dívida com o sindicato. O colega Lúcio do PF de Moeda questionou em quanto somava estes valores e qual tempo, sendo que o Presidente do Conselho Fiscal Hugo Sena informou que os valores montam R\$ 25 mil reais e estavam na escrita do sindicato desde 2001. Retomou a leitura do Parecer dizendo: *“8 - Instituir o Livro de Registro do Inventário de Bens”*. Pediu a palavra o colega Antônio de Pádua (Toninho) da DFBH-4 que disse desejar esclarecer os fatos por terem ocorrido na sua gestão com Roriz na vice-presidência, de que a idéia foi do

colega Trindade que era no sentido de oferecer trabalho para colegas aposentados fazendo com que o mesmo não fosse advogar contra o Estado, que os gastos foram formalizados para sua constituição e gastos com propaganda, mas que com menos de um ano a idéia morreu, por que a pessoa que comandava ficou doente. Disse que achava que o assunto já tivesse sido finalizado mas o Matias achou por bem reativar o grupo. O Presidente do Sindifisco Matias Bakir esclareceu que um grupo de 8 aposentados estavam com sala e desejo de dar continuidade, que concordava com o Toninho que algumas despesas deveriam ter sido contabilizadas como tal, mas que no momento deveríamos esperar para ver se a COOPTRAB irá prosseguir, acreditando que não deveria ser contabilizado como despesa. O aposentado José Nicácio disse desejar que o assunto fosse levado para decisão por um CDA com a defesa de continuidade dos valores nos ativos do sindicato. O Presidente do Conselho Fiscal Hugo Sena disse acreditar que não haveria necessidade disso uma vez que o assunto não era de competência de decisão pelo CDA. O colega Lúcio quis saber quais resultados davam a COOPTRAB, sendo respondido pelo Matias que explicou que a receita da cooperativa viria da prestação de serviços poderia executar e que a COOPTRAB estava legalizada e em pleno funcionamento, porém, com receita zero, fazendo uma explicação da finalidade da cooperativa. Hugo Sena informou ao colega José Nicácio que esse lançamento só deverá ser efetivado se for em 2009. Continuou com a palavra o Presidente do Conselho Fiscal Hugo Sena que finalizou a leitura do Parecer nos seguintes termos: *“Cumprir ressaltar que essa situação, a inexistência de normas sistematizadas de controles internos, já existia antes mesmo da atual gestão e deste modo, sugerimos que a criação desse manual seja percebido como uma oportunidade para a atual Diretoria Executiva. Em tempo, cabe registrar que em 02 de abril de 2009, recebemos o Ofício nº 034/09 de 31.03.09 desta Diretoria com comentários e explicações para as observações constantes da Ata deste Conselho Fiscal, entregue à Presidência da entidade em 26.11.08, que a época já abordava esse assunto, sinalizando que algumas das questões apontadas estão sendo objeto de análise e alterações de procedimentos. Belo Horizonte, 06 de abril de 2009”*. Explicou que em novembro de 2008 foi entregue à diretoria ATA da conferência dos primeiros seis meses e que a diretoria respondeu em 02 de abril de 2009. O colega Flávio Sales da DFBH solicitou explicações sobre o uso de telefone pela diretoria e quem eram os colaboradores, sendo esclarecido pelo Hugo Sena que os colaboradores tratavam-se de funcionários, membros da diretoria e filiados do sindicato. Flávio Sales questionou quem era parente da diretoria que prestou serviços ao sindicato, sendo esclarecido pelo Presidente do Sindifisco Matias Bakir, que disse se tratar de serviços prestados em caráter de urgência para confecção de um folder para captação de recursos para viabilizar Concurso de Monografias sobre Paridade e Integralidade; Assédio Moral; ADI. Que tal necessidade se deu pelo fato da funcionária que faria este tipo de serviço, Nádila, estar em licença maternidade e que tinha que fazer a captação dos recursos para patrocínio, e que portanto era urgente, sendo que foi lembrado que a sua esposa poderia fazê-lo, tendo sido pago o valor de R\$ 350,00, que esse era o fato e que era essa a recomendação do Conselho Fiscal. Disse que defenderia a contratação tendo em vista a urgência e necessidade. O Presidente do Conselho Fiscal Hugo Sena disse que na análise não são levados em conta dados além dos documentos. Tomou a palavra o colega Carlos Roriz do PF de Extrema que disse que teríamos que evitar a contratação de parentes mas que não condenava a necessidade urgente como foi o caso, que concordava com a idéia da sugestão mas que poderia haver eventualidades. Matias Bakir tomou a palavra dizendo que foi feita conversa com o Conselho Fiscal e que estava conversando com todos para cumprir com os procedimentos listados, agradecendo as preocupações do Conselho Fiscal para o zelo das atividades do sindicato. Fez uso da palavra o colega Toninho que disse que transparência era bom mas era preciso ter cuidado com algumas orientações do Conselho Fiscal no sentido de criar burocracia e

engessamento da atividade sindical, que o exemplo concreto era que se o sindicato fosse obrigado a exigir somente Notas Fiscais para ações urgentes como carro de som, seria impraticável, que telefone tem que ter procedimento, não sendo realidade concreta o uso do telefone somente para a atividade sindical. Tomou a palavra o colega José Roberto – Catraca, PF Igarapé, membro do conselho fiscal atual que disse que algumas prestações de contas poderiam ser mais bem efetuadas, que não havia nas observações a utilização de métodos que engessassem a atividade sindical e que já havia conversado com o Presidente do Conselho Fiscal sobre o assunto. Fez novamente uso da palavra o colega Toninho que disse somente ter cuidado com as observações que eram feitas. Tomou a palavra o Presidente do Sindifisco Matias Bakir que alertou para o não engessamento das atividades sindicais e sugerindo alterar algumas redações do parecer que consistiam nos termos “em apreciar e emitir parecer”. Retomou a palavra o Presidente do Conselho Fiscal Hugo Sena que informou que os termos levantados pelo Matias estavam transcrito de acordo com o art. 32 do Estatuto do Sindicato, no que concordou o Presidente do Sindifisco Matias Bakir. O Presidente do Conselho Fiscal Hugo Sena solicitou que o Parecer Conclusivo e a ATA do Conselho Fiscal fossem disponibilizadas para toda a categoria no site do sindicato. Em seguida o Presidente do Conselho Fiscal Hugo Sena submeteu o relatório do Parecer das Contas do Exercício de 2008 para aprovação dos presentes, sendo APROVADA com cinco abstenções. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Assembléia Geral Ordinária às 09h49m, sendo lavrada a presente ata que segue assinada pelo secretário da AGO e membro do Conselho Fiscal e seu Presidente.

Belo Horizonte, 07 de abril de 2009

José Roberto Medeiros
AFRE – Masp 297680.1

Hugo Souza Sena Filho
AFRE – Masp 288291.8